



Parliamentarians for Global Action
Parlamentarios para la Acción Global
Action Mondiale des Parlementaires
برلمانيون من أجل التحرك العالمي

MANUAL PARLAMENTAR

para o Papel das **Mulheres no Parlamento**
na Prevenção da Proliferação
de **Armas de Destruição em Massa**



Manual Parlamentar

para o Papel das **Mulheres no Parlamento**
na Prevenção da Proliferação
de **Armas de Destruição em Massa**

Índice

Prefácio	4
As mulheres, a paz e a segurança	5
1995 – O Plano de Ação de Pequim.....	6
2000 – Adoção da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU.....	7
Compromissos subsequentes.....	7
A Agenda de Desarmamento da ONU.....	9
Implementação das Resoluções.....	11
O impacto das armas de destruição em massa nas mulheres	13
Impactos na saúde física.....	14
Impactos psicológicos.....	17
Evacuação e deslocamento e acesso a cuidados de saúde.....	17
Estigma social e discriminação.....	18
Estudos de caso da Guiné-Bissau, da República Centro-Africana e do Zimbábue.....	19
Recomendações	21
Conclusão	23

Prefacio

A humanidade enfrenta atualmente uma miríade de sérias ameaças, sofisticadas e existenciais, talvez mais do que nunca na sua conturbada história. Enfrentar e resolver estes muitos e outros desafios de forma eficaz requer o envolvimento de todos os que são afetados, direta e indiretamente, por tais ameaças. A pandemia Covid-19, em particular, ofereceu um alerta oportuno e severo à humanidade, não só relativamente à sua extraordinária fragilidade e vulnerabilidade, mas também à repreensão da sua abordagem de “business as usual”, quando se trata de enfrentar riscos e ameaças do tipo mais grave. Foram realizados avanços significativos no sentido de conseguir um maior envolvimento de mulheres decisoras e formuladoras de políticas na área da Paz e Segurança, em particular nos últimos vinte anos. No entanto, esta é uma jornada que, em muitos aspetos, está apenas a começar e o caminho em frente continua longo e desafiante. Fundamentalmente, muitas formas de pensar ainda precisam de ser mudadas e as palavras com muita frequência não são acompanhadas por ações e atos concretos.

O objetivo deste Manual Parlamentar para o Papel das Mulheres no Parlamento na Prevenção da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM) procura destacar o motivo e a forma como as Mulheres no Parlamento podem contribuir de forma decisiva na luta contra uma ameaça que nunca foi tão clara e presente. Espera-se que este Manual (i) encoraje as Mulheres no Parlamento já envolvidas no espaço dedicado às mulheres, à paz e à segurança a continuar os seus esforços heroicos também na área de ADM; (ii) encoraje uma nova geração de Mulheres no Parlamento a responder de igual forma à necessidade urgente para que mais vozes femininas sejam ouvidas neste campo; e (iii) tão importante quanto o restante, persuada *todos* os parlamentares sobre a necessidade imperiosa e urgente de desenvolver, consolidar e assegurar o progresso feito até ao momento.

Este Manual Parlamentar foi preparado pelo Programa Internacional de Paz e Segurança da PGA. A PGA deseja expressar a sua gratidão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega pelo seu apoio na publicação deste Manual Parlamentar.

CONTEXTO

As mulheres, a paz e a segurança



1995 – O Plano de Ação de Pequim

Em 1995, o Plano de Ação de Pequim foi adotado nas Nações Unidas, abrindo caminho através do Objetivo 5: “Combater os efeitos do conflito armado nas mulheres”, de modo a melhor identificar o papel das mulheres na prevenção de conflitos.

Durante a década de 90, a sociedade civil tornou-se cada vez mais preocupada com os impactos negativos do conflito nas mulheres, em particular no contexto da violência sexual que ocorreu durante os conflitos na Bósnia, na África Ocidental e no Ruanda. Ativistas de todo o mundo demonstraram-se particularmente preocupados não só com o facto de as mulheres estarem entre as primeiras vítimas, mas também com a sua ampla ausência nas subseqüentes mesas de negociações de paz. Consequentemente, grupos da sociedade civil fizeram contribuições essenciais para o Plano de Ação de Pequim de 1995 para promover o papel das mulheres nas questões da paz e segurança.

Objetivo 5 do Plano de Ação de Pequim (1995)

OBJETIVO 1

Ampliar a participação das mulheres na resolução de conflitos ao nível da tomada de decisão e proteger as mulheres que vivem em situações de conflito armado e outros ou sob ocupação estrangeira.

OBJETIVO 2

Ampliar a participação das mulheres na resolução de conflitos ao nível da tomada de decisão e proteger as mulheres que vivem em situações de conflito armado e outros ou sob ocupação estrangeira.

OBJETIVO 3

Promover formas não violentas de resolução de conflitos e reduzir as violações dos direitos humanos em situações de conflito.

OBJETIVO 4

Promover a contribuição das mulheres para o desenvolvimento de uma cultura de paz.

OBJETIVO 5

Oferecer proteção, assistência e formação a mulheres refugiadas, outras mulheres deslocadas que precisem de proteção internacional e mulheres deslocadas internamente.

OBJETIVO 6

Prestar assistência às mulheres nas colónias e nos territórios não autónomos.


2000 – Adoção da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU










As consequências dos conflitos são devastadoras e de longo alcance, inclusive no contexto da igualdade de género. As mulheres, geralmente, possuem menos recursos do que os homens para se protegerem. Juntamente com as crianças, as mulheres, de forma geral, constituem a maioria das populações de refugiados ou de deslocados, para além de serem frequentemente alvos de táticas de guerra, tais como a violência sexual. Embora as mulheres sejam líderes frequentes de movimentos pacíficos e iniciadoras da recuperação da comunidade pós-conflito nos seus respetivos países, são frequentemente excluídas das negociações de paz formais – a nível nacional, regional e internacional. Como resultado, as mulheres têm menos probabilidade de retomar a vida quotidiana pós-conflito, de obter justiça por violações dos seus direitos humanos ou de fazer contribuições decisivas para garantir a sustentabilidade e o sucesso dos acordos de paz negociados.

Em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a histórica [Resolução 1325 “As mulheres, a paz e a segurança”](#), a primeira Resolução do Conselho de Segurança da ONU que obriga as diferentes partes de um conflito a respeitar os direitos das mulheres, bem como a apelar à participação das mulheres na construção da paz, melhor proteção das mulheres e acesso aos serviços de justiça e antidiscriminação.

Compromissos subsequentes



O **Conselho de Segurança da ONU** tem procurado cumprir com este compromisso ao adotar outras resoluções no âmbito de “As mulheres, a paz e a segurança”, permitindo o estabelecimento de um quadro institucional relativamente abrangente, combinando instrumentos internacionais relevantes:

 A **Resolução 1820 (2008)** apela a todos os Estados para que adotem medidas especiais de modo a proteger mulheres e meninas da violência sexual em conflitos armados e para garantir o acesso à justiça e assistência às vítimas. Exige também um aumento no número de mulheres nas forças de paz. Convida a ONU a desenvolver mecanismos nos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração e Reforma do Setor de Segurança (DDR-SSR) para proteger as mulheres contra a violência, em consulta com mulheres e organizações de mulheres.

-  A **Resolução 1888 (2009)** apela à inclusão de questões de violência sexual nos processos de paz e desarmamento, desmobilização e reintegração e acordos de reforma do setor da segurança e apela a reformas judiciais para acabar com a impunidade e garantir o acesso das vítimas à justiça.
-  A **Resolução 1889 (2009)** apela a todos os Estados para que incluam as mulheres na construção da paz e na tomada de decisões políticas e económicas. A Resolução pede também a integração de uma perspectiva de género nos processos pós-conflito, o financiamento e a programação de atividades de delegação de poderes às mulheres e a adoção de estratégias concretas de aplicação da lei e da justiça para dar resposta às necessidades e prioridades de mulheres e meninas.
-  A **Resolução 1960 (2010)** incentiva o Secretário-Geral a fornecer, nos seus relatórios, informações detalhadas sobre os agentes de guerra suspeitos de terem cometido atos de violência sexual.
-  A **Resolução 2106 (2013)** apela a todos os participantes para que implementem as resoluções anteriores e combatam a impunidade dos crimes cometidos contra as mulheres.
-  A **Resolução 2122 (2013)** reitera a importância da implementação das resoluções anteriores e convida o Secretário-Geral das Nações Unidas a encarregar um estudo global sobre a Resolução 1325, destacando deficiências e dificuldades na sua implementação, novas tendências e áreas prioritárias de ação.
-  A **Resolução 2242 (2015)** foca-se no papel das mulheres na luta contra o extremismo violento e o terrorismo, melhora os métodos de trabalho do Conselho referente às mulheres, à paz e à segurança.
-  A **Resolução 2467 (2019)** incentiva os Estados Membros a fortalecer a sua legislação de modo a responsabilizar os autores de violência sexual.
-  A **Resolução 2493 (2019)** apela aos Estados Membros para que implementem integralmente as disposições de todas as resoluções anteriores e intensifiquem os seus esforços a esse respeito.
-  A **Resolução 2538 (2020)** apela aos Estados Membros, ao Secretariado das Nações Unidas e às organizações regionais para que fortaleçam os seus esforços coletivos na promoção da participação «plena, efetiva e significativa» de mulheres militares e civis em operações de manutenção da paz a todos os níveis e funções, inclusive a níveis superiores.

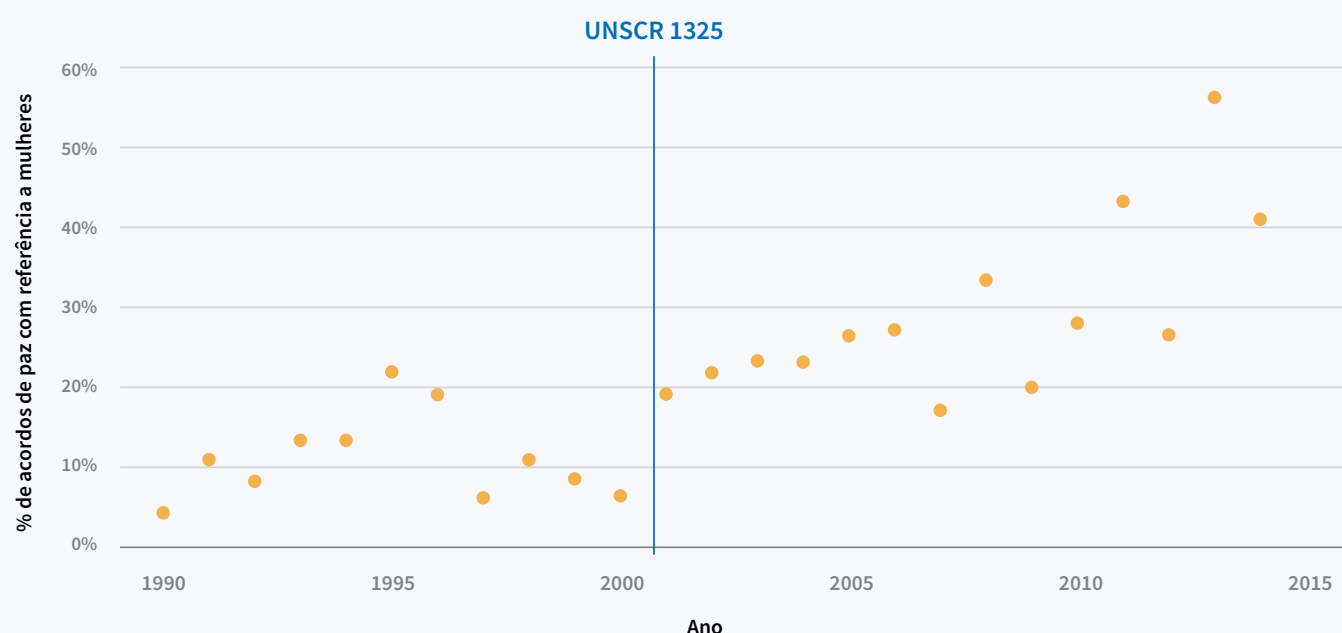
A Agenda de Desarmamento da ONU

Em 2018, o Secretário Geral da ONU, António Guterres, lançou a [Securing our Common Future \(assegurar o nosso futuro comum\): An Agenda for Disarmament \(uma agenda para o desarmamento\)](#) que define uma visão das ações de desarmamento com base em quatro pilares, dois dos quais com particular relevância no contexto deste Manual Parlamentar:

-  O “**Desarmamento que salva a humanidade**” com foco em armas de destruição em massa.
-  O “**Fortalecimento de parcerias para o desarmamento**” que garante a participação e inclusão de mulheres, jovens, sociedade civil e setor privado nos processos de controlo de armamento.



Fonte: ONU, <https://www.un.org/disarmament/sg-agenda/es/>

Gráfico 1**Percentagem de acordos de paz, incluindo, pelo menos, uma referência às mulheres (de 1990 a outubro de 2000 e de novembro de 2000 a 2015)**Fonte: unwomen.org

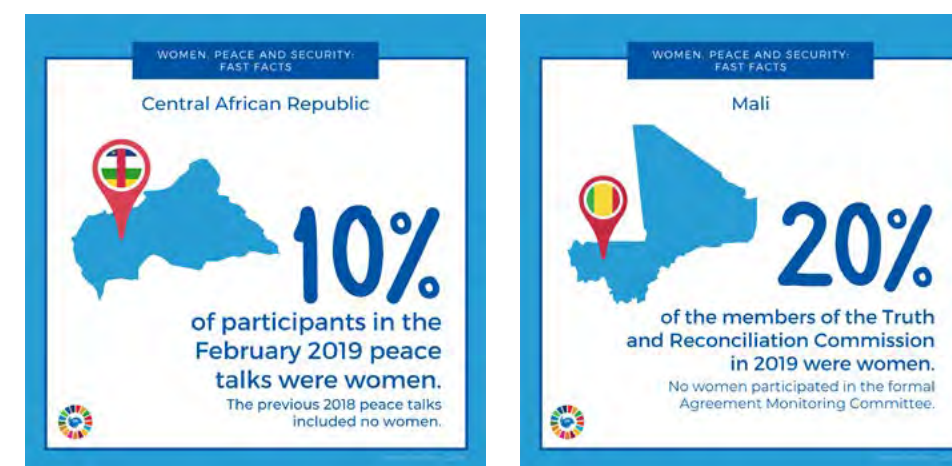
Convidamo-lo(a) a consultar a visão geral dos planos de ação de cada um dos 86 países (em 2020), realizados pela organização *Security Women*, clicando na hiperligação abaixo.

[Planos de Ação Nacional dos 86 países](#)

**Implementação das Resoluções**

Os Estados Membros da ONU implementaram os princípios da Resolução ao elaborar Planos de Ação Nacionais. Este processo ajuda os Estados membros a identificarem prioridades e recursos, a determinarem as suas responsabilidades e a estimularem a ação governamental. Estes são elementos essenciais para a implementação das resoluções. Em outubro de 2020, 86 países tinham criado Planos de Ação Nacionais. Em muitos casos, os Estados-Membros prepararam uma segunda ou terceira versão.

Apesar do grande aumento em número (em termos percentuais) de acordos de paz que incluem, pelo menos, uma referência às mulheres, de menos de 5% em 1990 para quase 60% em 2014 (ver gráfico acima), ainda muito trabalho será necessário. Conforme mostrado no gráfico 2, a participação das mulheres nas reuniões multilaterais de desarmamento da ONU permanece muito inferior à dos homens.



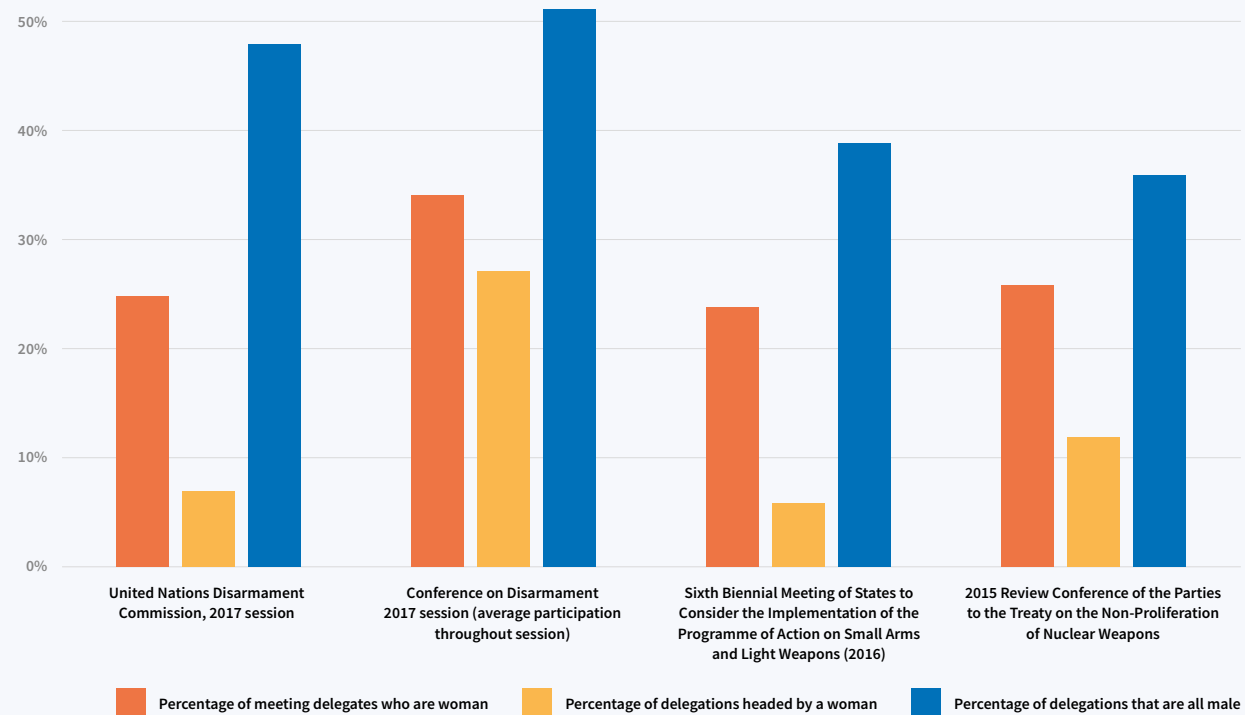
Fonte: ONU

As evidências são inequívocas: quando as mulheres se sentam à mesa das negociações, os acordos de paz têm maior probabilidade de durar 15 anos ou mais. No entanto, as mulheres representaram apenas 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários dos principais processos de paz entre 1992 e 2019. Em países afetados por conflitos, a representação das mulheres nos grupos de trabalho COVID-19 é de apenas 18%.

Além disso, as ameaças ao progresso provisório feito até então nunca estão longe da superfície. Em outubro de 2020, foi apresentado um projeto de Resolução no Conselho de Segurança da ONU que, se adotado, teria um impacto muito negativo sobre os ganhos conquistados até ao momento. Felizmente, com a abstenção de 10 membros do Conselho de Segurança da ONU, o projeto de resolução em questão não obteve os 9 votos afirmativos necessários para a sua adoção.

Gráfico 2**Participação das mulheres em reuniões multilaterais de desarmamento nas Nações Unidas**

Fonte: ONU, <https://unoda-epub.s3.amazonaws.com/i/index.html?book=sg-disarmament-agenda.epub>



O impacto das armas de destruição em massa nas mulheres



Até ao momento, foi realizado um grande número de estudos científicos, inclusive no contexto do impacto das explosões nucleares de 1945 em Hiroshima e Nagasaki, no Japão, bem como dos testes nucleares durante o período da Guerra Fria.

Impactos na saúde física

No que diz respeito às armas nucleares, os investigadores científicos estabeleceram conclusivamente que as mulheres têm um risco muito mais elevado de desenvolver cancro do que os homens quando expostas ao mesmo nível de radiação ionizante. Os efeitos instantâneos da explosão de tais armas, ou seja, a explosão e o calor, o clarão de luz (que pode prejudicar seriamente a visão e causar queimaduras ao longo de vários quilómetros), afetam todos, homens, mulheres e crianças, sem distinção. Dependendo da altitude da explosão da arma nuclear, a precipitação das partículas radioativas no solo contamina a região e representa riscos para a saúde durante longos períodos de tempo.

De acordo com o UNIDIR¹ as mulheres também são mais adversamente afetadas pela radiação ionizante do que os homens, pois as mesmas apresentam mais 50% de tecidos corporais de elevado risco (tecido reprodutivo e adiposo sensíveis), para além de diferenças no metabolismo. Um estudo sobre a expectativa de vida dos sobreviventes dos ataques com armas nucleares de 1945 no Japão constatou que o risco de desenvolver e morrer de cancro devido à exposição à radiação ionizante era cerca de duas vezes superior nas mulheres do que nos homens. Os cancros específicos de género, tal como o cancro da mama em mulheres, parecem ser as principais razões para o aumento do risco nas mulheres.

A saúde reprodutiva das mulheres é suscetível aos efeitos da radiação emitida. Nas Ilhas Marshall, onde foram conduzidos diversos testes nucleares pelos Estados Unidos (67 detonações nucleares entre 1946 e 1958), verificou-se que as mulheres que viviam em locais a favor do vento sofriam de uma elevada taxa de nados-mortos e que alguns recém-nascidos haviam nascido sem ossos, com graves deformidades, tais como pele transparente ou com órgãos deslocados. Estudos realizados em indivíduos expostos ao incidente de Chernobyl, em 1986, também demonstram que a radiação é responsável por um nível significativamente mais elevado de cancro da tiroide em mulheres. Para além disso, doses elevadas de radiação ionizante representam um risco para as mulheres grávidas, pois cria ameaças nocivas aos seus filhos, tais como malformações, abortos espontâneos e nados-mortos. Os fetos também são vulneráveis pois não possuem mecanismos de proteção para metabolizar ou se proteger contra armas de destruição em massa. As taxas de leucemia foram muito mais elevadas para os que foram expostos *in utero* do que para outros.

¹ <https://www.unidir.org/files/publications/pdfs/gendered-impacts-en-620.pdf>

Radiação ionizante

A radiação ionizante pode prejudicar o corpo humano de duas formas.



Pode queimar células diretamente por radiação ou por uma síndrome de radiação aguda. Estes tipos de efeitos “determinísticos” são observáveis em vítimas de explosões nucleares imediatamente ou logo após a exposição.



A radiação ionizante pode causar mutações no ADN, tal como cancro, e causar alterações genéticas (efeitos estocásticos). Caso as mutações não sejam reparadas, a célula pode tornar-se cancerosa. Estes efeitos “estocásticos” são geralmente observados ao longo do tempo, até vários anos após a exposição à radiação.

Número total de testes nucleares entre 1945 e 2017

1030 Estados Unidos

715 União Soviética

45 Grã-Bretanha

210 França

45 China

3 Índia

2 Paquistão

6 Coreia do Norte



Fonte: Arms Control Association,
<https://www.armscontrol.org/factsheets/nucleartesttally>

Uma conclusão semelhante foi retirada de um estudo que analisou os efeitos do agente laranja (uma arma química) na vida reprodutiva de mulheres no Vietname². As mulheres expostas sofreram um grande número de abortos e partos prematuros. Cerca de dois terços dos filhos tinham deficiências congénitas ou desenvolveram deficiências nos primeiros anos de vida. De acordo com outro relatório³, após o ataque químico em Eastern Ghouta, na Síria, os dados recolhidos de 211 mulheres grávidas que visitaram o Hospital Al Ghouta em setembro, outubro e novembro de 2014 sugerem uma taxa de aborto de 45% entre o grupo exposto, em comparação com 14% entre mulheres não expostas. Adicionalmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) comunicou que o vírus ébola está associado a uma elevada taxa de complicações obstétricas e resultados maternos e perinatais débeis, com mortalidade neonatal a aproximar-se dos 100%. A OMS estimou que “as mulheres representaram 62% (280/450) de todos os casos em que o género foi comunicado”⁴. Tal como mostra o gráfico abaixo, as mulheres estavam mais representadas no número de pessoas infetadas com o vírus ébola na República Democrática do Congo (RDC). Uma possível explicação para tal é que as mulheres dessa região têm maior probabilidade de exercer o papel de cuidadoras e, assim, aumentar a probabilidade de exposição a agentes biológicos.

2 TN, Johansson A. Impact of chemical warfare with agent orange on women's reproductive lives in Vietnam: a pilot study. *Reprod Health Matters*. 2001 Nov;9(18):156-64. doi: 10.1016/s0968-8080(01)90102-8. PMID: 11765392.

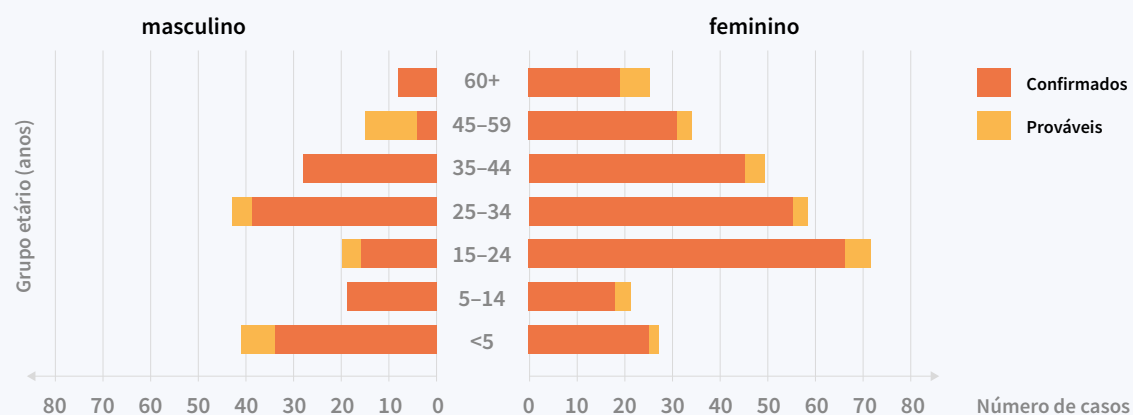
3 <https://www.unidir.org/sites/default/files/2019-11/Missing%20Links-3.pdf>

4 <https://www.who.int/csr/don/06-December-2018-ebola-drc/en/>

Gráfico 3

Casos de infeção por ébola confirmados e prováveis por género e grupo etário a 4 de dezembro de 2018 na RDC

Fonte: OMS



Existe igualmente o risco de contaminação através da amamentação. Na década de 60, foram encontrados vestígios de estrôncio-89 e estrôncio-90 no leite materno, que poderiam então ser transmitidos aos recém-nascidos. Outro risco prende-se com o facto de, no processo de fabrico da maioria das vacinas, incluindo a vacinação contra agentes usados na guerra biológica, a amostra de sujeitos utilizada seja predominantemente masculina, o que não permite maior proteção à mulher.

Impactos psicológicos

A contaminação invisível, quer por um agente radiológico, biológico ou químico, pode ter efeitos psicológicos traumáticos. A falta de informação e a incerteza sobre os riscos para a saúde podem tornar-se uma fonte de stress. Há evidências de que esses impactos psicológicos podem ser mais graves nas mulheres, devido ao seu papel de mães. De acordo com um estudo da Bromet⁵, as mães vivenciam uma prevalência de problemas de saúde mental após os incidentes nucleares de Three Miles Island e Chernobyl. De facto, os dados preliminares de Fukushima sugerem que mães de crianças pequenas correm maior risco de depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos e pós-traumáticos, tanto devido ao medo de contaminação invisível, mas também em resultado do estigma social. Da mesma forma, após os testes de armas nucleares nas Ilhas Marshall, as mulheres comunicaram ter sofrido de vergonha e estigma, temendo que a radiação continuasse a comprometer sucessivas gerações.

Evacuação e deslocamento e acesso a cuidados de saúde

A potencial contaminação por armas de destruição em massa, tais como armas biológicas, nucleares, radiológicas ou químicas, pode levar ao deslocamento prolongado ou de curto prazo da população. Em situações de conflito, mulheres e meninas são mais vulneráveis à violência doméstica, violação, prostituição forçada e outros crimes que visam desproporcionalmente as mulheres e as tornam dependentes de outras pessoas para auxílio e passagem segura. As mulheres têm também menos acesso à proteção e assistência e provavelmente enfrentarão adversidades no exercício dos seus direitos de saúde, morada e propriedade, exacerbando os padrões existentes de discriminação. Tal também pode ter efeitos a longo prazo na saúde psicológica e física. A OMS comunica que complicações na gravidez e no parto matam cerca de 287.000 mulheres todos os anos, tornando-se a segunda principal causa de morte em mulheres em idade fértil.

5 Bromet, Evelyn & Gluzman, Semyon & Schwartz, Joseph & Goldgaber, Dmitry. (2002). Somatic Symptoms in Women 11 Years after the Chernobyl Accident: Prevalence and Risk Factors. *Environmental health perspectives*. 110 Supl. 4. 625-9. 10.1289/ehp.02110s4625.

A Organização Mundial da Saúde comunica que complicações na gravidez e no parto matam cerca de 287.000 mulheres todos os anos (303.000 em 2015), tornando a morte materna a segunda principal causa de morte em mulheres em idade fértil. Se o hospital e a infraestrutura de saúde forem danificados ou se tornarem inacessíveis devido à utilização de armas de destruição em massa, esta ameaça à saúde das mulheres pode ser exacerbada. A redução do acesso à saúde reprodutiva pode ser uma sentença de morte para mulheres em países onde, mesmo em tempos de paz, o risco de morrer devido a uma gravidez é incrivelmente elevado. Tal como um relatório do Banco Mundial nos lembra, “Um total de 4.022 mulheres correm o risco de morrer todos os anos na Guiné, Libéria e Serra Leoa, exclusivamente como resultado do ‘legado’ da epidemia de ébola que matou mais de 11.000 pessoas, incluindo muitos médicos e enfermeiras”⁶ e acrescenta que “a mortalidade das mulheres durante a gravidez ou o parto pode aumentar 111% na Libéria, 74% na Serra Leoa e 38% na Guiné, mesmo que estes países sejam ‘declarados livres do ébola’”.

Estigma social e discriminação

Os sobreviventes de ataques de destruição em massa também enfrentam o estigma social. Foi o caso, por exemplo, dos sobreviventes japoneses dos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki. Estes foram considerados “contaminados” e tratados com medo e desconfiança pela sociedade japonesa, daí o seu nome, Hibakusha (被爆者). Algumas pessoas acreditavam que os Hibakusha sofriam de doenças congénitas, que a radiação era contagiosa ou, segundo algumas fontes, estavam diretamente associados com a derrota do Japão na guerra. As mulheres, em particular, eram discriminadas em comparação com os homens e tinham dificuldade em se casar, pois os membros da sociedade muitas vezes pensavam que dariam à luz bebés com malformações. As mulheres Hibakusha também foram acometidas por uma elevada taxa de suicídio. Um estudo realizado em mulheres sobreviventes de minas terrestres⁷ demonstra que as mulheres correm maior risco de serem estigmatizadas e marginalizadas pelos seus maridos devido aos seus ferimentos. Desta forma, é amplamente aceite que ferimentos ou deformações causadas pelos efeitos de armas químicas, bacteriológicas ou nucleares têm um impacto muito semelhante. A tragédia de Bhopal em 1984 (explosão de uma fábrica de pesticidas na Índia) demonstrou que, para além das mortes e ferimentos diretamente atribuídos ao acidente, a exposição a agentes químicos tornou as mulheres mais vulneráveis aos abusos por parte dos seus maridos, principalmente por serem menos capazes de realizar determinadas atividades domésticas.

⁶ <https://www.24heures.ch/monde/mortalite-maternelle-hausse-ebola/story/19913292>

⁷ <https://www.oecd.org/social/gender-development/1896552.pdf>

Estudos de caso da Guiné-Bissau, da República Centro-Africana e do Zimbábue

As mulheres no parlamento podem oferecer contribuições decisivas na promoção da prevenção da proliferação de armas de destruição em massa. Estão disponíveis mais informações e detalhes sobre as reais contribuições efetuadas pelos Membros do Parlamento da PGA incluídos nos 3 Estudos de Caso presentes neste documento, clicando nas hiperligações contidas em cada Estudo de Caso.

República Centro-Africana / Hon. Beatriz Epaye

- ← **3 de julho de 2018** – Ratificação da Convenção sobre as Armas Biológicas e Tóxicas (BWC)
- ← **28 de setembro de 2018** – A República Centro-Africana torna-se o Estado Membro n.º 182
- ← **27 de agosto de 2019** – O Comité 1540 recebeu o Primeiro Relatório Nacional da República Centro-Africana Nacional de la CAR



Guiné-Bissau / Hon. Dr. Suzi Barbosa

- ← **22 de março de 2018** – O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau produziu o primeiro Relatório Nacional em referência à Resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- ← **25 de setembro de 2019** – A Guiné-Bissau entrega o Primeiro Relatório ao Comité do Conselho de Segurança da ONU

Zimbabué / Hon. Dorcas Sibanda

- ← **19 de junho de 2019** – A Hon. Dorcas Sibanda, Membro do Parlamento, indaga o Ministro da Justiça e dos Assuntos Parlamentares sobre a lei de implementação da Convenção sobre as Armas Biológicas e Tóxicas (BWC)





Recomendações

Investigação e acesso à informação

- ✓ São necessários estudos adicionais, com particular foco nas características dos danos causados às mulheres por armas de destruição em massa.
- ✓ Oferecer melhor formação em integração de género na luta contra a proliferação de armas de destruição em massa e melhorar a disseminação de conhecimento para fortalecer as políticas e as leis existentes.
- ✓ Fomentar experiência entre as mulheres pertencentes à área técnica de controlo de armas de destruição em massa. Mais mulheres poderiam ser encorajadas a desenvolver conhecimento profissional no campo técnico relacionado com armas de destruição em massa e nas competências políticas envolvidas nas negociações de ADM.

Participação feminina em fóruns regionais e internacionais

- ✓ Aumentar a participação das mulheres em todos os níveis da tomada de decisão em questões de paz e segurança internacional.
- ✓ Envolver as mulheres de forma mais igualitária enquanto especialistas técnicas nas discussões sobre armas de destruição em massa.
- ✓ Envolver as mulheres no parlamento de forma mais ampla em assuntos relacionados com a manutenção da paz e segurança regionais e internacionais, incluindo na prevenção da proliferação de armas de destruição em massa. Em maio de 2019, a PGA organizou o [Workshop parlamentar para promoção das mulheres no parlamento em África no âmbito da prevenção da proliferação de armas de destruição em massa](#) na Assembleia Nacional da Gâmbia em Banjul. Na conclusão do Workshop, foi adotado o Plano de Ação de Banjul, o que facilitou a tomada de medidas concretas adicionais pelos participantes neste Workshop após o regresso aos seus respetivos Parlamentos.

Planos de Ação Nacionais

- ✓ Implementar totalmente a Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as sucessivas resoluções.
- ✓ Procurar a participação de mulheres de diversas origens, e não apenas aquelas que moram nas capitais, para garantir que as necessidades de segurança de mulheres e meninas como um todo sejam abordadas.
- ✓ As mulheres no parlamento devem ser encorajadas a participar em maior número nos Comitês de Defesa e Segurança Nacional dos seus respectivos Parlamentos Nacionais comparativamente ao que tem acontecido até agora. As percepções e experiências das Mulheres no Parlamento no campo da saúde podem também oferecer contribuições vitais, levando a uma tomada de decisão mais informada nessas Comissões Parlamentares.
- ✓ Assegurar que os Ministérios das Finanças se envolvam nos processos desde o início de modo a oferecer apoio em termos de orçamentação e custos.
- ✓ Assegurar a adesão e a compreensão destas questões a todos os níveis de governo.
- ✓ Reformar os regulamentos institucionais de modo a abrir mais cargos para mulheres nas instituições de segurança e defesa.

Conclusão

As mulheres nos parlamentos são partes interessadas-chave na promoção do papel das mulheres no campo da paz e da segurança internacionais – a nível nacional, regional e internacional. Esta realidade alarga-se também ao combate às ameaças das armas de destruição em massa, pelo seu impacto devastador e desproporcional sobre as mulheres. Desde 2000, o papel das mulheres nas questões de paz e segurança tem aumentado constantemente, mas ainda se encontra aquém do que é necessário. Espera-se que este Manual Parlamentar incentive mais Mulheres nos Parlamentos em todo o mundo a se envolverem de forma mais proativa nesta área e que *todos* os Parlamentares e outros tomadores de decisão e políticos tomem as medidas necessárias para facilitar este processo, no melhor interesse da humanidade enquanto um todo.



